



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

E

3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO ADMINISTRATIVO

TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA: 06 HORAS

- Será permitida consulta à legislação brasileira, não-comentada e não-anotada, sendo vedada especificamente a utilização das edições do Código Civil e do Código de Processo Civil anotados pelo Professor Theotônio Negrão.
- Somente serão admitidas referências a outros textos legais, a Exposições de Motivos e a Enunciados das Súmulas de Jurisprudência dos Tribunais, cabendo à Comissão vedar a utilização do material que entender em desacordo com esta norma.
- Admitem-se livros de legislação que tragam mera referência a decisão de declaração de inconstitucionalidade de normas. Não será permitida, no entanto, a consulta a livros que mencionem fundamentos da decisão.
- Será vedada a utilização de material de consulta que contenha folhas ou trechos com anotações ou comentários de qualquer natureza.
- Não será admitida consulta à legislação estrangeira.
- Não será permitido o uso de qualquer processo eletrônico de consulta à legislação ou de aparelhos que permitam aos candidatos qualquer tipo de comunicação de voz ou de dados, como celulares, rádios e similares, nem de líquido corretor, caneta tinteiro, hidrográfica ou fluorescente.
- O descumprimento das normas acarretará a exclusão do candidato, na forma do artigo 19 do Regulamento do Concurso.

Rio de Janeiro, 06/08/2011



Prova de Direito Administrativo

1ª Questão (25 pontos)

O Município do Rio de Janeiro, visando a cumprir as exigências e os prazos firmados com a FIFA para a realização da Copa do Mundo de 2014, decide contratar a execução de projeto de duplicação da Avenida das Américas, apresentado pela Secretaria Municipal de Obras. Realizada concorrência pública, vence a Construtora Panorâmica, que assina o contrato em outubro de 2010 – data de início das obras – com término em dezembro de 2011. Durante a execução da obra, em 10 de julho de 2011, a fiscalização do contrato constata que o terreno é argiloso e se situa sobre lençol d'água, fato que pode levar ao afundamento da pista caso não seja efetuada a alteração do projeto original, para que seja feito reforço de sua estrutura com a colocação de estacas de sustentação. A mudança equivale a cerca de 30% (trinta por cento) de aumento do valor inicial orçado para a obra. Quando a questão está prestes a ser submetida ao exame jurídico, sobrevém fato novo: o recebimento de ofício do Ministério Público Estadual determinando a rescisão do contrato por ter sido declarada a inidoneidade da Contratada pela Administração Pública Federal, no final do mês de junho de 2011. Em despacho, a Secretaria Municipal de Obras encaminha a questão à Procuradoria Geral do Município, indagando sobre a possibilidade de se realizar nova licitação, como convite ou pregão, para o resíduo da execução da obra, diante do apertado prazo para a sua entrega, ou de outro meio que possa atender ao interesse público.

Como Procurador ao qual é submetida a consulta jurídica, como você se posicionaria diante dos seguintes pontos:

- a) a pretendida alteração contratual e seu fundamento jurídico e legal;
- b) a repercussão, no contrato com o Município, da decisão da Administração Pública Federal, que declarou a inidoneidade da Contratada;
- c) a medida a ser adotada pelo Município diante do recebimento do ofício do Ministério Público Estadual e qual o instituto jurídico tratado neste tópico;
- d) a análise da indagação apresentada pela Secretaria Municipal de Obras; e
- e) a apresentação de solução jurídica possível em se considerando a hipótese de ser rescindido o contrato para que não haja prejuízo na conclusão das obras.

2ª Questão (25 pontos)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Particular ergue obra em área particular, sem licença prévia. A construção não é passível de ser legalizada, conforme normas urbanísticas em vigor. A Edilidade notifica o particular para que realize voluntariamente a demolição do que construiu, sob pena desta mesma demolição ser conduzida pelos agentes municipais, no prazo de 48 horas. O particular ajuíza interdito proibitório contra o Município, alegando que seus direitos de posse e de moradia estão sendo ameaçados pela prometida ação de polícia do governo local. O juízo defere liminar para impedir a demolição.

Você é o Procurador do Município encarregado da defesa do ato local:

- a) indique as linhas básicas quanto ao mérito de sua manifestação no processo, em prol do ato municipal, sendo dispensada a abordagem específica das medidas processuais cabíveis;
- b) exponha como enfrentaria a alegação fundada na invocação da tutela do mínimo essencial, ponderando esse valor com o da tutela do ordenamento urbano-ambiental;
- c) analise a extensão e a oponibilidade do instituto da posse contra ato de polícia;
- d) aponte os requisitos formais a serem observados pelo agente público na prática do ato em questão;
- e) qual seria a sua tese, nesse contexto, contra a invocação, pelo particular, do princípio da inviolabilidade do domicílio.

3ª Questão (25 pontos)

João da Silva, portador de deficiência renal crônica, vem se submetendo, há mais de três anos, a tratamento de hemodiálise em hospital municipal. No último mês de abril, em razão da falta de energia elétrica naquela unidade de saúde pública determinada por corte efetuado pela concessionária de serviço público em razão do não pagamento das contas respectivas, ficou ele sem atendimento por mais de uma semana, tendo sido infrutíferas suas tentativas em conseguir vaga em outro hospital que prestasse o serviço especializado de que dependia.

Dada a gravidade de seu estado de saúde e às complicações advindas dos fatos narrados, os danos se tornaram irreversíveis, levando-o ao óbito.

Seguiu-se a proposição de ação indenizatória em face do Município do Rio de Janeiro, por sua sobrinha e única herdeira, pedindo a reparação por dano moral que diz ter sofrido. Conexamente, em face do Município, da concessionária e da citada herdeira, foi ajuizada ação objetivando indenização por dano material e moral por pessoa sedizente sua companheira, a qual alega que há mais de cinco anos vem se dedicando a cuidar do falecido, vivendo com ele uma relação more uxorio. Que este era viúvo e que não tinha



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

filhos e não convivia com sua família, razão pela qual deve ser deferida a seu favor a tutela antecipatória no que se refere à pensão devida em razão do ato ilícito praticado e, ao final, julgados procedentes seus pedidos.

- a) Analise fundamentadamente, explicitando o embasamento legal, a responsabilidade do Município na hipótese;
- b) Teria a concessionária alguma responsabilidade quanto aos danos alegados?
- c) O dano sofrido pela sobrinha do falecido é *in re ipsa*?
- d) Eventual reconhecimento da sociedade de fato entre o falecido e sua sedizente companheira seria suficiente para que ela pleiteasse sua pensão previdenciária? Justifique.
- e) Caso provada esta relação, a companheira teria direito a antecipação de tutela?

4ª Questão (25 pontos)

O Prefeito do Município X recebe recursos federais para atender a calamidade pública que destruiu vários bairros da cidade.

A partir de trabalho investigativo, o Ministério Público Federal abre inquérito civil administrativo para apurar a malversação de recursos federais nos contratos celebrados pelo Prefeito.

O Prefeito defende não ter havido violação da Lei de Licitações nos contratos celebrados. Não obstante, os patrimônios pessoais do Prefeito, da sua esposa e dos seus filhos decuplicarem em um ano, sem justificativa, e as obras não foram concluídas no prazo.

Responda cada uma das questões abaixo, justificadamente.

- a) Do seu ponto de vista, qual o fundamento que sustenta a abertura do inquérito civil administrativo e poderá justificar a atuação judicial da União para recuperação dos valores malversados?
- b) Que outra atuação judicial pode ser deflagrada pela União Federal ou pelo próprio Município X para atacar a malversação dos recursos públicos?
- c) De quais instrumentos dispõe o Direito para enfrentar a regularidade formal do procedimento da licitação e dos contratos administrativos invocados pelo Prefeito para a proteção da sua atuação administrativa?



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

- d) Como Procurador do Município, com que fundamentos você defenderia a conclusão das obras, tendo em vista o estado real de calamidade?
- e) De quais instrumentos poderá se valer o cidadão para a defesa do patrimônio público e dos valores violados?